

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição, sob demanda, de **MATERIAL ELÉTRICO**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos pelo período de **12 (doze) meses**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 Requisitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

1.3 Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Lei Complementar nº 123/06

1.4 Período: 12 (doze) meses a contar da publicação do extrato da Ata de Registro de Preço

1.5 Tipo: menor preço por item nos termos da Lei n.º 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente os objetos do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantidade
01	ABRAÇADEIRA NYLON PLÁSTICA 5mm x 400mm	428468	Un.	2.200
02	ADAPTADOR ¾’’ P/ CAIXA 4x2’’ CINZA	454112	Un.	6.000
03	ADAPTADOR PARA RECEPTÁCULO E-40 x E-27	36817	Un.	4.400
04	ADAPTADOR PARA RECEPTÁCULO E-27 x E-40	457200	Un.	7.000
05	ARRUELA 5/8’’	365561	Un.	4.400
06	BARRA DE TERMINAL CONECTOR TIPO	339934	Un.	100



	SINDAL 12 BORNES 2,5 À 6,00mm ²			
07	BARRA ROSCADA 5/8'' 1m	365553	Un.	1.750
08	BASE FOTO CÉLULA – 220V	433833	Un.	10.000
09	BASTÃO DE SINALIZAÇÃO TRÂNSITO VERMELHO LED	460787	Un.	03
10	BRAÇO COM LUMINÁRIA ABERTA COMPLETO 1m E27	356212	Un.	2.200
11	BRAÇO COM LUMINÁRIA ABERTA COMPLETO 2,5m E40	387029	Un.	880
12	BUCHA DE NYLON S10 COM PARAFUSO 3/8'' 50mm	364944	Un.	440
13	BUCHA DE NYLON S6 COM PARAFUSO 1/4'' 50mm	249217	Un.	440
14	BUCHA DE NYLON S8 COM PARAFUSO 5/16'' x 50mm	602037	Un.	440
15	CABO FLEX 10,00mm ² 750V VERDE	458472	M.	1.000
16	CABO FLEX 10,0mm ² 750V PRETO	458473	M.	1.000
17	CABO FLEX 10,0mm ² 750V AZUL	458471	M.	1.000
18	CABO FLEX 16,00mm ² 750V VERDE	458465	M.	500
19	CABO FLEX 16,0mm ² 750V PRETO	458466	M.	500
20	CABO FLEX 16,0mm ² 750V AZUL	458464	M.	500
21	CABO FLEX 2,5mm ² 750V AZUL	344486	M.	5.000
22	CABO FLEX 2,5mm ² 750V VERDE	458456	M.	5.000
23	CABO FLEX 2,5mm ² 750V PRETO	458373	M.	5.000
24	CABO FLEX 4,0mm ² 750V AZUL	458452	M.	5.000
25	CABO FLEX 4,0mm ² 750V PRETO	458455	M.	5.000
26	CABO FLEX 4,0mm ² 750V VERDE	458486	M.	5.000



27	CABO P.P 2x2,5mm ²	351685	M.	11.000
28	CABO P.P 3x4,0mm ²	339888	M.	5.000
29	CABO P.P 4x2,5mm ²	470419	M.	5.000
30	CABO PARALELO 2,5mm ² BRANCO	390617	M.	1.000
31	CAIXA DE SOBREPOR 4x2'' CINZA	247887	Un.	3.000
32	CAIXA DE SOBREPOR 4x4'' CINZA	328206	Un.	500
33	CAIXA METÁLICA 10x10cm COM TAMPA	267457	Un.	100
34	CAIXA METÁLICA 20x20cm COM TAMPA TRINCO	20788	Un.	50
35	CAIXA PARA ATERRAMENTO 20x20cm	420113	Un.	30
36	CAIXA PVC 10x10cm COM TAMPA	399451	Un.	200
37	CAIXA PVC 20x20cm COM TAMPA	20788	Un.	50
38	CANALETA SIS, X 20x10x2000mm S/ DIVISÓRIA BRANCA C/ FITA ADESIVA	460767	Un.	110
39	CANETA DETECTORA DE TENSÃO	389055	Un.	10
40	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 190mm COMPLETO	344923	Un.	440
41	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 220mm COMPLETO	364542	Un.	440
42	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 240mm COMPLETO	364538	Un.	440
43	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 260mm COMPLETO	380053	Un.	440
44	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 280mm COMPLETO	326696	Un.	440
45	CINTA PARA POSTE CIRCULAR DE 300mm COMPLETO	380054	Un.	440
46	CONECTOR DE TORÇÃO PARA CABO 2,5 À	452768	Un.	3.000



	6,0mm ²			
47	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO	458408	Un.	3.000
48	CONECTOR SPLITBOLT PARA CABO 2,5 À 10mm ²	334070	Un.	500
49	CONECTOR TUBULAR DUPLO 10,0mm ²	443571	Un.	500
50	CONECTOR TUBULAR DUPLO 2,5mm ²	446221	Un.	500
51	CONECTOR TUBULAR DUPLO 4,0mm ²	446221	Un.	500
52	CONECTOR TUBULAR DUPLO 6,0mm ²	446221	Un.	500
53	CONECTOR VAGO 3 VIAS 2,5 x 6,0mm ²	474276	Un.	6.000
54	CONTACTORA 40A	437800	Un.	50
55	CONTACTORA 50A	460173	Un.	50
56	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 16A	373719	Un.	50
57	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 25A	484197	Un.	50
58	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 32A	484198	Un.	50
59	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 40A	482699	Un.	50
60	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 50A	408888	Un.	50
61	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 70A	355010	Un.	50
62	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 100A	484202	Un.	25
63	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 16A	385371	Un.	50
64	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 20A	416378	Un.	50
65	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 25A	416375	Un.	50
66	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 32A	416383	Un.	50
67	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 40A	484199	Un.	50
68	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 50A	484200	Un.	50



69	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 70A	416376	Un.	50
70	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO 20kA	429686	Un.	80
71	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL PEAD 1" ROLO COM 50m	600271	Un.	10
72	ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL PEAD ¾" ROLO COM 50m	31500	Un.	10
73	ELETRODUTO RÍGIDO ¾" SOLDÁVEL CINZA VARA COM 3 METROS	333524	Un.	100
74	FILTRO DE LINHA COM 5 SAÍDAS 2P+T – 3 METROS	295927	Un.	30
75	FITA BAP 1,00m	390065	Un.	1.750
76	FITA BAP 1,25m	390963	Un.	4.400
77	FITA ISOLANTE COM 20m COR PRETA	419864	Un.	2.200
78	FITA ISOLANTE DE AUTOFUSÃO 20m	267584	Un.	660
79	FITA ZEBRADA DE 7cm x 200m	444949	Un.	110
80	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" x 2,40m	366386	Un.	30
81	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES COM TAMPA P/ CAIXA 4x2"	452736	Un.	220
82	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA PVC BRANCO	396839	Un.	220
83	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL BIPOLAR 40A	372932	Un.	20
84	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL TETRAPOLAR 40A	408897	Un.	20
85	INTERRUPTOR SIMPLES COM TAMPA P/ CAIXA 4x2"	452735	Un.	660
86	INTERRUPTOR SIMPLES SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA PVC BRANCO	340625	Un.	220



87	LÂMPADA 100W – VAPOR DE SÓDIO TUBULAR – 220V	327232	Un.	7.000
88	LÂMPADA 100W – VAPOR METÁLICO TUBULAR – 220V	404011	Um.	8.000
89	LÂMPADA 400W – METÁLICA TUBULAR – 220V	446777	Un.	11.000
90	LÂMPADA 400W – VAPOR DE SÓDIO TUBULAR – 220V	359555	Un.	11.000
91	LÂMPADA 70W – VAPOR DE SÓDIO TUBULAR – 220V	334165	Un.	3000
92	LÂMPADA LED 100W – 3000K – 220V	600028	Un.	5.000
93	LÂMPADA LED 100W – 6500K – 220V	600028	Un.	5.000
94	LÂMPADA LED 20W 6500K – 220V	448527	Un.	4.400
95	LÂMPADA LED 40W 3000K – 220W	468578	Un.	2.000
96	LÂMPADA LED 40W 6500K – 220V	454051	Un.	2.000
97	LÂMPADA LED 70W – 3000K – 220V	600029	Un.	5.000
98	LÂMPADA LED 70W – 6500K – 220V	600029	Un.	5.000
99	LAMPADA LED TUBULAR 18W 4.000K COM 1,20m DE COMPRIMENTO	449306	Un.	2.200
100	LUMINÁRIA ARANDELA TARTARUGA PAREDE C/ GRADE Soq E27	601422	Un.	200
101	LUMINÁRIA(EX16) PÚBLICA FECHADA, ALOJ. P/ REATOR ATÉ 400W, E-40, Ø48/60mm	208338	Un.	150
102	PLAFONIER COM BOCAL E-27	446451	Un.	1.100
103	PORCA 5/8’’	365557	Un.	4.400
104	QUADRO DE DISJUNTORES 16 POSIÇÕES	341996	Un.	10
105	QUADRO DE DISJUNTORES 26 POSIÇÕES	323900	Un.	10



106	REATOR DE 100W EXTERNO METÁLICO – 220V	404011	Un.	8000
107	REATOR DE 100W EXTERNO SÓDIO – 220V	362937	Un.	7000
108	REATOR DE 400W EXTERNO METÁLICO – 220V	204709	Un.	11.000
109	REATOR DE 400W EXTERNO SÓDIO – 220V	323462	Un.	11.000
110	REATOR DE 70W EXTERNO SÓDIO – 220V	207720	Un.	3000
111	REATOR INTERNO METÁLICO 400W	367908	Un.	450
112	REATOR INTERNO SÓDIO 400W	359567	Un.	450
113	RECEPTÁCULO BOCAL E-27	446171	Un.	1.100
114	RECEPTÁCULO BOCAL E-40	379841	Un.	1.100
115	REFLETOR LED 100W BRANCO – 220V	434161	Un.	220
116	REFLETOR LED 200W BRANCO – 220V	433196	Un.	660
117	REFLETOR LED 400W BRANCO – 220V	605716	Un.	500
118	REFLETOR LED 50W BRANCO – 220V	434160	Un.	330
119	ROLO DE ARAME GALVANIZADO 20m	15962	Un.	100
120	TAMPA CEGA 4x2'' PARA CAIXA SOBREPOR CINZA	365638	Un.	200
121	TAMPA CEGA 4x4'' PARA CAIXA SOBREPOR CINZA	365638	Un.	200
122	TAMPA COM FURO NO CENTRO PARA CAIXA 4x2'' SOBREPOR CINZA	365638	Un.	200
123	TAMPA COM FURO NO CENTRO PARA CAIXA 4x4'' SOBREPOR CINZA	365638	Un.	200
124	TERMINAL DE COMPRESSÃO 2,5mm ²	473323	Un.	500
125	TERMINAL DE COMPRESSÃO 4,0mm ²	443572	Un.	500
126	TERMINAL DE COMPRESSÃO 6,0mm ²	600298	Un.	500



127	TERMINAL OLHAL 1,5 x 2,5mm ²	443569	Un.	500
128	TERMINAL OLHAL 4,0 x 6,0mm ²	443572	Un.	500
129	TOMADA 2P+T SISTEMA X COM CAIXA EXTERNA PVC BRANCO	319406	Un.	330
130	TOMADA DUPLA COM TAMPA 2P+T 10A P/ CAIXA 4x2''	460998	Un.	800
131	TOMADA SIMPLES COM TAMPA 2P+T 10A P/ CAIXA 4x2''	460997	Un.	800

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para aquisição de materiais elétricos para manutenção da rede elétrica no Parque do Município de Nova Friburgo, bem como dos prédios e espaços públicos visando manter o pleno funcionamento das atividades, no suporte das tarefas e ações operacionais. Atendendo dessa forma o princípio da Eficiência, da Legalidade como também da Finalidade Pública.

3.2 A presente contratação visa possibilitar a aquisição, através de Registro de Preço, de materiais elétricos, de modo que esta Secretaria possa atuar, no que se refere a Iluminação Pública, em todo Município de Nova Friburgo e nos prédios públicos, preventiva e corretivamente. Além disso, será usado para pequenas reformas, substituições daqueles que apresentam avarias pelo desgaste natural de tempo ou uso rotineiro e para atender outras necessidades que possam vir a surgir.

3.3 Conforme Normativa ANEEL n.º 587, de 10/10/2013, que alterou o artigo 218 da Resolução Normativa ANEEL N.º 141, DE 09/09/2010 é responsabilidade do Município a operação e manutenção da Iluminação Pública.

3.4 Além do exposto, a aquisição do presente objeto é essencial à qualidade de vida, atuando como instrumento de cidadania, tendo em vista que está diretamente atrelada à segurança nas cidades. Além disso, permite aos habitantes desfrutar plenamente dos

espaços públicos no período noturno, embeleza as áreas urbanas, destaca e valoriza monumentos, prédios e paisagens.

3.5 Uma Iluminação Pública de qualidade traduz-se em melhor imagem para cidade, favorecendo o turismo, o comércio e o lazer noturno, ampliando a cultura do uso eficiente e racional da energia elétrica, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico da população.

3.6 As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicadas pela equipe técnica da Unidade Requisitante, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas no presente.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Os bens a serem adquiridos se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos da Lei 8.666/93.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

5.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

5.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

5.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual



estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

6.2 Elemento de Despesa: 33.90.30.38

6.3 Fonte de Recurso: 17050000020

6.4 Programa de Trabalho: 09001.1545100142.045

6.5 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7. DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO DE PRODUTOS

7.1 Da mesma forma que a descrição do objeto, por mais necessidade ou cuidado, deve ser necessário a cautela, muitas vezes para garantir uma boa aquisição, controle, qualidade, funcionalidade, durabilidade e desempenho do produto, teste de verificação etc. Torna-se imprescindível a exigência **do catálogo digital de produtos** de todos os itens e a todos os licitantes no momento do pregão com o fito de garantir as informações contidas nas especificações do edital.

7.2 O setor técnico de ILUMINAÇÃO PÚBLICA, analisará o catálogo de produtos ofertados a fim de confirmar a sua qualidade, verificando as especificações, no que se refere desempenho, qualidade dos itens constantes na descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, prevalecendo os requisitos exigidos no edital.

7.3 Torna-se imprescindível a exigência do catálogo para análise, tanto no aspecto visual, avaliação da especificação técnica que será analisada por profissionais qualificados.



7.4 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se os produtos, por meio do catálogo, foram aprovados ou não. Caso não seja aprovado, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

7.5 Os catálogos de produtos deverão ser encaminhados no final do certame para o setor responsável devidamente identificados com o nome do licitante, conter informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e marca.

8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a **30 (trinta) dias**, contado do **recebimento da Nota de Empenho**:

8.2 A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízo à Administração.

8.3 Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

8.4 Endereço: Avenida Alberto Braune, n.º 225, Centro, Nova Friburgo/RJ

8.5 Horário de Entrega: Segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min

8.6 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE- Referente Dívida Ativa Estadual; Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual -CND- referente ao ICMS.

9.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

9.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.2 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.4 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.8 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.9 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.10 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;



11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, para representá-la na execução do Contrato;

11.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

11.11 Responsabilizar-se por quaisquer adulterações do material a ser entregue, mesmo que ainda não se faça a análise imediata do produto na hora da entrega.

12. DA GARANTIA

12.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos materiais fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informado (as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Guilherme de Carvalho Ramos	063.232	Gestor titular
Luiza Pereira Silva	115.254	Gestor substituto
Ayanan Prata Souza	062.661	Fiscal titular
Carlos Alberto Machado dos Santos	062.234	Fiscal substituto

15.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 a contratada que:

- 17.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 17.1.2 Apresentar documentação falsa;
- 17.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 17.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.5 Não manter a proposta;
- 17.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 17.1.7 Comportar-se de modo inidôneo.

17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3 Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.3 Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

17.3.4 Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de

10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;,

16.3.5 Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.3.8 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.3.9 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.3.10 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

19. DA RESCISÃO

19.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Serviços Públicos o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.3 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

19.4 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

19.5 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 08 de maio de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Guilherme de Carvalho Ramos	<hr/> Luiza Pereira Silva
Matr.: 063.232	Matr.: 115.254

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Marcelo da Silva Pereira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr.: 100.530